



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 662/2013

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372,
de 30 de dezembro de 2009.

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nº 17.068, de 23 de janeiro de 2012 e nº 17.204, de 29 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2014.”

Art. 2º Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Paulo Sérgio


Relator
João Guimarães


Dalton Assunção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 694/2013

Dispõe que a Ambiental Paraná Florestas S.A. fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º A Ambiental Paraná Florestas S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei nº 11.961 de 19 de dezembro de 1997, fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o inciso I do art. 7º da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987.

Art. 2º O Instituto de Florestas do Paraná tem por missão atuar na coordenação do desenvolvimento de florestas plantadas no Estado do Paraná.

Art. 3º Ficam transferidos da Ambiental Paraná Florestas S.A. para a Autarquia, todos os bens, direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

Art. 4º Ficam extintos os cargos de Diretor-Presidente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor-Técnico da Ambiental Paraná Florestas S.A.

Art. 5º Ficam criados no Instituto de Florestas do Paraná, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I – um cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II – um cargo de Diretor-Adjunto, símbolo DAS-2;

III – dois cargos de Assessor, símbolo DAS-3;

IV – dois cargos de Coordenador, símbolo DAS-4;

V – um cargo de Supervisor, símbolo DAS-5.

Art. 6º O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários são transferidos para a Autarquia transformada.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, dentro de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Instituto de Florestas do Paraná.

Art. 7º O Regulamento do Instituto de Florestas do Paraná fixará atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis, a serem aprovadas por ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação da presente Lei.

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito adicional, até o limite dos saldos apurados a partir do orçamento aprovado pela Lei nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, com referência ao aumento de capital da Ambiental Paraná Florestas S.A., visando à implementação da presente Lei.

Art. 9º Autoriza a alienação dos ativos transferidos ao Instituto de Florestas do Paraná, atendida a legislação vigente.

Art. 10. O inciso I do art. 3º da Lei nº 17.358, de 27 de novembro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

“I – estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus, exceto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA e Instituto de Florestas do Paraná;”

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente



João Guimarães
Relator

Roberto Edison



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 697/2013

Institui no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o auxílio-alimentação.

Art. 1º Institui, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o auxílio-alimentação.

Art. 2º O auxílio-alimentação possui natureza indenizatória e será concedido aos servidores ativos efetivos e comissionados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão do benefício será feita em pecúnia, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim de frequência gerado pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 3º O benefício não será concedido:

- I- aos inativos e pensionistas;
- II- aos servidores em disposição ou cessão funcional;
- III- aos servidores em gozo de férias;
- IV- aos servidores em licenças e afastamentos legais;
- V- aos servidores que estejam cumprindo pena de suspensão.

Art. 4º Considerar-se-á, para efeitos de pagamento do auxílio-alimentação, a proporção de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

§ 1º A proporção de que trata este artigo será considerada para efeito de desconto de eventuais faltas injustificadas.

§ 2º As diárias devidas aos servidores sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no *caput* deste artigo.

§ 3º O afastamento do servidor para participação em cursos, treinamentos ou atividades congêneres, mediante autorização do Presidente do Tribunal de Contas, é considerado como dia trabalhado para percepção do auxílio-alimentação.

Art. 5º O auxílio-alimentação de que trata esta Lei é fixado em R\$ 710,00 (setecentos e dez reais) e será implementado a critério da Administração e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º Os benefícios de que trata esta Lei não serão:

I – incorporados ao subsídio, vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II – configurados como rendimentos tributáveis;

III – base de cálculo de contribuição previdenciária e aplicação do teto remuneratório.



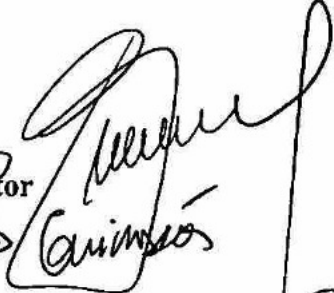

Art. 7º A atualização dos valores do auxílio-alimentação se dará anualmente mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, observando o índice aplicado à atualização dos vencimentos dos servidores ativos e inativos e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente

 **Roberto**
 **Relator**
 **Carimões**
 **Relator**